



A IMIGRAÇÃO DE BOLIVIANOS EM SÃO PAULO NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Solange Monteiro Amador ¹

RESUMO:

O processo de globalização capitalista e as transformações no mundo do trabalho são responsáveis pelas atuais migrações que se desenrolam em todo o mundo. As migrações no Brasil também se configuram tendo como pano de fundo essa realidade. O presente artigo destaca o Brasil como país receptor de imigrantes, - ainda que seja também país emissor de emigrantes e país de migrações dado o índice de deslocamento interno da população -, e discute a condição de imigração dos bolivianos na cidade de São Paulo a partir das oficinas de costura no processo de flexibilização do trabalho.

Palavras-chave: imigração, globalização, flexibilização do trabalho, bolivianos.

ABSTRACT

The process of capitalist globalization and the changes in the workplace are responsible for the current migration taking place worldwide. Migration in Brazil is also taking shape in the background that reality. This article highlights Brazil as host country of immigrants - even if it is also issuing country of emigrants and country of migration given the rate of internal displacement of the population - and discusses the immigration status of Bolivians in São Paulo from the sewing shops in the process of flexible work.

Keywords: immigration, globalization, flexible work, bolivians.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) / Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). E-mail: solangebr@sapo.pt



I. INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios atuais são indissociáveis da chamada “era da globalização” vivida pela sociedade mundial a partir de 1973, quando se desenrolaram crises globais: crise do petróleo, crise do Estado de Bem-Estar e crise do socialismo. Globalização essa caracterizada por transformações ocorridas em todos os níveis a partir da política neoliberal, implicando diretamente em alterações dos fluxos migratórios contemporâneos em todos os aspectos: sociedade de origem e de destino; intensidade; formas de imigração; políticas de imigração; e controle das fronteiras; dentre outros.

O Brasil viveu ao longo de sua história movimentos migratórios de saída (emigração) e entrada (imigração) de pessoas em seu seio simultaneamente, bem como movimentos internos de deslocamento de um estado para outro, ou entre cidades (migrações). Recentemente, o país vive o aumento da intensidade do número de entrada de estrangeiros oriundos de diversos países e, sobretudo, dos países da América Latina, como os bolivianos.

Tal fluxo de entrada de estrangeiros no território nacional encontra sua explicação no mundo do trabalho, ou seja, na centralidade do trabalho na sociedade capitalista (Cf. IANNI, 1997; ANTUNES, 1995).

II. AS MIGRAÇÕES NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Assim, só é possível entender as migrações contemporâneas tendo como referência a crise do sistema global da economia de mercado, no seio da qual as mobilizações ocorrem, salvo raríssimas exceções, em função do trabalho e da guerra, uma vez que essas populações mobilizadas e flexibilizadas no contexto da globalização estão presas ao sistema produtor de mercadorias e à sua própria forma de sujeito sujeitado (Cf. HEIDEMANN, 2004; ANTUNES, 1995).

A globalização trouxe consigo o acirramento da concentração de riqueza, de



saber e de bens, aprofundando a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres, culminando no aumento das migrações (Cf. CARLOS, 1993). Aumento esse que está diretamente vinculado “a implantação de políticas neoliberais de ajustes estruturais, privatizações, cortes nos direitos trabalhistas e políticas compensatórias.” (BASSEGIO, 2004; RODRIGO, 2004).

Globalização que não distribui riquezas, que globaliza o acesso livre aos mercados, mas não é solidária, elimina barreiras comerciais, mas impede a circulação das pessoas, defende o livre mercado como um direito, mas dificulta ainda mais o acesso aos direitos básicos. (DECLARAÇÃO DE BRUXELAS, Junho, 2002).

A globalização do capitalismo dinamizada pela microeletrônica, robótica, automação, tecnologias eletrônicas, informática, telecomunicações, etc., acarretou uma nova divisão transnacional do trabalho, o qual também sofreu uma intensa tecnificação. Industrialização que substitui o trabalho humano pela máquina (capital fixo “cientificizado”), tornando o trabalho “supérfluo” e criando um extenso contingente de desempregados, em decorrência do desemprego estrutural e não mais cíclico como outrora o que faz com que o emprego perdido no momento de crise não volte no período de prosperidade econômica, aliás, esses empregos não voltam nunca. Cria-se assim, uma superpopulação absoluta que é constituída por trabalhadores considerados residuais ou excedentes.

A mobilização da população mundial é consequência da imposição também mundial da “mão invisível” do sistema produtor de mercadorias, permitindo ao indivíduo moderno, “subordinado à ‘coerção silenciosa das relações econômicas’”, possuir a potencialidade e o direito de vender sua força de trabalho no mercado em qualquer lugar do mundo, venda essa que não tem como contrapartida a garantia de direitos.

III. BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

A compressão do tempo e do espaço com um mercado mais flexível e suas novas formas de produção e reprodução sociais possibilita e incentiva a emigração de



milhares de indivíduos. (Cf. HARVEY, 1998). Como o fluxo migratório de bolivianos para o Brasil (que data dos anos de 1950) e para outros países do mundo que se elevou com as condições internas da Bolívia quando em meado de 1980 houve grande êxodo rural graças à concentração de terra, à falta de política agrícola, à mecanização, à monocultura e aos desastres naturais. (Cf. SILVA, 2005).

O Brasil conta com cerca de 80 mil bolivianos, estando a maioria na cidade de São Paulo nos bairros do Bom Retiro, Brás, Pari, Vila Maria e Vila Guilherme. “Tal estimativa feita pela Pastoral do Migrante pode estar superestimada ou subestimada, já que as pesquisas oficiais não abrangem os indocumentados no país.” (SILVA, 2005, p. 16).

Ao chegar à cidade de São Paulo o boliviano procura a pessoa da sua rede de contatos que facilitou a saída da Bolívia e a entrada no Brasil como país de destino da emigração e que informará sobre um contato de trabalho e um espaço para residir. Comumente, em se tratando dessa realidade específica, o espaço de trabalho e de moradia é o mesmo: a oficina de costura. Sua condição de trabalhador a procura de trabalho e de imigrante ilegal o coloca numa condição de vulnerabilidade social, o que faz com que venda sua força de trabalho a preço inferior à nacional, deixando o salário mínimo brasileiro de ser uma referência para o mesmo, e se sujeita a longas jornadas de trabalho. É importante registrar que a Constituição Federal de 1988 é referência para os cidadãos nacionais e para os cidadãos legalizados. Ademais, as condições do espaço de moradia que é o mesmo de trabalho, são, muitas vezes, insalubres, com pouca ventilação e grande umidade. Tal ambiente de trabalho e de vida traz algumas consequências no âmbito da saúde como: doenças respiratórias, oftalmológicas e dermatológicas, entre outras.

Ao residir no mesmo espaço em que trabalha tem seu cotidiano completamente submetido a sua condição de trabalhado. Essa realidade é possível graças ao processo de flexibilização do capital, pautado na estratégia da fragmentação, da subcontratação e da quebra da organização industrial. Flexíveis são: o processo de trabalho, o mercado, os produtos e os padrões de consumo. A acumulação flexível do capital dá-se pelo surgimento de novos setores de produção, financeiro, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Bem como envolve o desenvolvimento



desigual em setores e regiões geográficas, cria o chamado setor de serviços e novos conjuntos industriais em regiões subdesenvolvidas. O trabalho flexibilizado levou à subcontratação do trabalhador a partir da formação de pequenos negócios, sistemas domésticos de trabalho, artesanal, antigo, familiar, patriarcal e paternalista. Essa subcontratação coloca o trabalhador diante de condições precárias de trabalho e de vida. Nesse processo de flexibilização o trabalhador é responsável por sua condição de trabalho, competindo-lhe desenvolver suas habilidades e capacidades para concorrer à melhores oportunidade. Nessa perspectiva, o grande capitalista se aproveita do enfraquecimento dos movimentos sindicais, do não reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe, do aumento do desemprego e do aumento do número de subempregados. (Cf. HARVEY, 1998).

A determinação da rotina de trabalho é indissociável da nova forma de organização da produção flexível, uma vez que nas oficinas de costura os bolivianos recebem pela peça de roupa produzida, logo, se não há produção não há renda. Durante as vinte e quatro horas diárias, diversas são destinadas ao trabalho com espaço de tempo reduzido para alimentação, descanso e lazer. O compromisso com a produção está vinculado à necessidade de garantir a possibilidade de trabalho e renda, ou seja, os objetivos iniciais da emigração no país de origem que se configurou em imigração no Brasil.

Na nova configuração do processo de trabalho, com sistemas de trabalhos familiares e domésticos, a organização dos trabalhadores é dificultada porque os papéis ficam confusos. Assim essa forma flexível de trabalho retira do trabalhador a capacidade de se organizar e se reconhecer enquanto classe trabalhadora. (Cf. HARVEY, 1998).

No seio dessa realidade as mulheres são ainda mais exploradas posto que o espaço de produção é o mesmo que o doméstico e as sociais do papel da mulher são aqui reproduzidas, sendo responsáveis pelos cuidados domésticos e dos filhos. Entre as mulheres bolivianas, a dupla e tripla jornada de trabalho se desenrolam na compressão do espaço e do tempo, uma vez que trabalham na costura, cuidam dos filhos e do espaço, são responsáveis por acompanhar a família ao hospital quando



necessário, à escola, dentre outras atividades que são divididas no espaço comum da casa-oficina: serviços domésticos de limpeza e cozinha.

“A subalternidade ganha dimensões mais amplas. Não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e exclusão econômica e política.”. (YAZBEK, 2007, p.68). Nessa concepção, a subalternidade se apresenta como um resultado de relações de poder na sociedade, onde há distinção de classes dominantes e de classes dominadas (ou subalternas).

Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando desconsideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. (Harvey, 1998, p.144).

Nesse processo de produção o trabalhador é proprietário única e exclusivamente da sua força de trabalho. (Cf. MARTINS, 2002).

IV. CONCLUSÃO

A globalização não trouxe o fim do trabalho, mas costurou-lhe uma nova roupagem com venda de serviços, com trabalhadores subcontratados e informais, com a realização de tarefas em domicílio, com a não fixação de salários, com a ausência de seguridade social, dentre outros e, simultaneamente, isentando os grandes capitalistas dos gastos na produção e otimizando os seus lucros.

Ao ser proprietário exclusivamente da sua força de trabalho o trabalhador ganha uma mobilidade territorial, consoante conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais, com possibilidades acirradas no processo de globalização e flexibilização do capital. A migração é a possibilidade de sua reprodução social. Assim, a emigração boliviana torna-se possível para o Brasil e, mais especificamente, para a cidade de São Paulo, na qual eles passam a vender sua força de trabalho por valores irrisórios,



com extensas jornadas de trabalho, sem direitos trabalhistas, morando no mesmo local em que trabalham como uma necessidade de garantir a sua reprodução social.

Nesse contexto, imigração e trabalho são indissociáveis. Na perspectiva do trabalhador, os imigrantes ou chegam com trabalho, ou têm que procurá-lo logo que ingressam no país de destino, pois dele dependem para manter seus custos básicos diários, pagar aluguel e, principalmente, porque juntar dinheiro é uma questão central no processo migratório; uma melhor condição de vida dada pelo trabalho. Mesmo quando o motivo da emigração não é diretamente econômico, a permanência no país de destino só é possível, via de regra, por causa dos rendimentos provenientes do trabalho. O trabalho ocupa, deste modo, uma preocupação central do imigrante, mesmo antes de sair de seu país de origem. Muitas vezes a partida é efetuada somente após a garantia de iniciar o trabalho seguidamente à chegada ao país de recepção. E os que chegam sem trabalho dedicam-se a procurá-lo exaustivamente. Nesse aspecto é fundamental o desempenho da rede migratória que diversas vezes é responsável pela colocação do novo imigrante no mercado de trabalho do país de acolhimento. Na perspectiva do capitalista a imigração pelo trabalho possibilita o aumento de sua lucratividade, uma vez que a concorrência no mercado de trabalho com outros imigrantes e com os nacionais diminui o custo da venda da força de trabalho, bem como a desproteção social decorrente do Estado Mínimo, diminui a sua despesa com o trabalhador, elevando, mais uma vez, seu lucro.

V. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BASSEGIO, Luiz. As migrações no contexto da globalização. In: **Migrações: discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

CARLOS, Leonor Palma. Imigração e integração. In: SILVA, M.B.N. ET al (Org.) **Emigração/Imigração em Portugal**. Lisboa: Fragmentos, 1993.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da**



mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **Migrações: discriminação e alternativas.** São Paulo: Paulinas, 2004.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: Novos Estudos Sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

RODRIGO, José Manuel López. As migrações na Europa. In: **Migrações: discriminação e alternativas.** São Paulo: Paulinas, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Sidney Antônio da. **Bolivianos: A presença da Cultura Andina.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 2007.